



Uma breve história econômica de Ilhéus: gênese, apogeu e declínio da lavoura cacaueteira

GT 1 – Economia Regional e Baiana

Alessandro Fernandes de Santana¹

Fabrcio Fernandes de Santana²

Leonardo Fernandes de Santana³

Danilo José Santana dos Reis⁴

Soraya de Jesus Neves⁵

Resumo

O presente artigo é resultante de uma pesquisa bibliográfica, cujo objetivo pretende realizar uma descrição sintetizada da importância da cacauicultura na economia do município de Ilhéus-Ba, desde sua implantação até o declínio provocado pela chamada crise da “vassoura-de-bruxa”. Baseia-se o artigo em autores que possuem trabalhos sobre a agricultura cacaueteira do sul da Bahia, que explicitam argumentos científicos que nos ajudam a entender melhor os detalhes da realidade histórica regional, destacando o papel da cacauicultura não apenas no aspecto econômico, mas também abordando a demografia e a sociedade local.

Palavras Chave: Ilhéus. Cacauicultura. Economia.

1. Introdução

O Estado da Bahia consolidou-se, através dos tempos, como tradicional produtor de cacau, produto este voltado para mercado externo, atividade agrícola concentrada principalmente na Microrregião Ilhéus-Itabuna, por isso denominada “Região Cacaueteira”. A Cacauicultura conviveu com crises cíclicas, provocadas por fatores de natureza endógena (incidência de pragas e doenças) e exógena – movimento do preço. Estas crises visualizaram-se enquanto fases do ciclo econômico, em decorrência da queda do preço pago ao produtor e

¹ Economista, DsC. Professor Adjunto do Departamento de Economia da UESC, afsantana@uesc.br

² Economista, Especialista em História do Brasil – UNIME e especialista em Gestão Educacional – Faculdade Montenegro, tutorfabricio@gmail.com

³ Filósofo, Especializando em ensino de filosofia e sociologia - UNIASSEVI, leofersan@bol.com.br

⁴ Economista, Mestre em Contabilidade e Finanças – FUCAPE e Especialista em Gerenciamento de Micro e Pequenas Empresas – UFLA, Professor da Faculdade de Ilhéus, danilojsreis@yahoo.com.br

⁵ Filósofa, layaneves1@hotmail.com



abandono dos tratos culturais, que diminuiram a produtividade da lavoura, geração de renda e provocam desarranjo do tecido social (CEPLAC/DISEC, 1979).

O advento da última crise, fins da década de 1980, insurgiu-se por efeito da convergência de fatores, além do aviltamento do preço e ausência dos tratos fitossanitários, e o aparecimento da doença conhecida como vassoura-de-bruxa⁶, que causou potente impacto negativo sobre a Microrregião Ilhéus-Itabuna.

As Relações de trabalho sofreram radical transformações, acentuou-se o desemprego, alguns poucos assalariados converteram-se em parceiros, relação esta, caracterizada pela repartição do ínfimo produto obtido, insuficiente para garantir subsistência digna para as partes envolvidas, considerando-se a baixíssima produtividade. Trata-se de um tipo de relação retrógrada, pré-capitalista, reproduzida em esferas produtivas que vivenciaram a situação de crise ou subalternas/submissas às determinações dos conglomerados que impõem a lógica do sistema, controlam o processo de acumulação e apropriam-se da riqueza gerada através dos circuitos de intercâmbio (FERNANDES DE SANTANA, 2013)

O êxito econômico da lavoura cacauieira notadamente nunca se fez acompanhar de uma distribuição equânime da riqueza entre agentes envolvidos no processo produtivo, projetando marca de extrema desigualdade social. A inexistência de representação política acarretou falta de recursos, despolitização e ausência de projetos voltados para os pequenos produtores, determinante no sentido de sua exclusão do acesso às políticas agrícolas deflagradas pelo estado que privilegiaram segmentos mais elitistas. A notável centralização decisória da política é vista não só como uma causa de sua ineficiência sistêmica, mas também como um requisito para o acesso privilegiado de interesses empresariais à arena decisória (MELO, 1993).

2. Município de Ilhéus

Área de estudo compreende o município de Ilhéus-Bahia. Insere-se no tradicional território produtor de cacau. Ilhéus possui população de 184.236 habitantes (IBGE 2010); deste contingente, 84,28% (155.281 pessoas) residem no meio urbano e 15,72% (28.955 pessoas) moram no campo. A superfície municipal estende-se por 1.841 km², e registra densidade demográfica de 119,10 habitantes/km² (Estimativa 2010 – <http://www.ibge.gov.br>). Ilhéus faz limite territorial com 9 (nove) municípios: Aurelino Leal, Buerarema, Coaraci, Itabuna, Itacaré, Itajuípe, Itapitanga, Una e Uruçuca (Tabela 1 e Figura 1), sendo um dos municípios de maior extensão territorial da região 1760,004 Km². Ilhéus apresenta clima do tipo tropical úmido. A temperatura média oscila entre 22° e 25° C, maior e menor amplitude térmica registra-se na faixa costeira, devido à alta frequência de nebulosidade. O regime pluviométrico atinge 2.000/2.400 mm/ano, com chuvas bem distribuídas. Quanto aos solos, predominam os latossolos e podzólicos, embora profundos, e denotam baixa fertilidade natural. As manchas pedológicas com maior riqueza mineralógica destinam-se à cacauicultura. A vegetação compõe-se por remanescentes da Mata Atlântica e biomas associados – manguezais e restingas.

⁶ - Vassoura de bruxa – *Crinipellis perniciosa* – agente causal: fungo *Moniliophthora perniciosa* – enfermidade que ocorre no cacauieiro.



O relevo mostra-se pouco movimentado, unidade geomorfológica de planície costeira (litoral) e porções do planalto brasileiro – interior.

3. História e economia de Ilhéus

A história e a economia do município de Ilhéus marcam-se pelo papel relevante que exerce a agricultura desde os mais remotos tempos, destaque para o período de nascimento, evolução, apogeu e crises da cacauicultura, que culminou com a tentativa de perseguir a diversificação agroeconômica – expansão/modernização das atividades agropastoris e verticalização da produção.

O espaço demarcado pelo município integra originalmente a capitania de Ilhéus, doada a Jorge Figueiredo Correia. O donatário não tomou posse do território, delegando tais poderes a Francisco Romero (que funda a Vila São Jorge – 1535), posteriormente processa-se a venda para o sesmeiro italiano Lucas Giraldes (FERLINI, 1988).

Por delegação da Coroa Portuguesa, o donatário adotou o sistema de repartição das terras ou concessão de sesmarias (1530), que consistiu na cessão de grandes áreas de terra a colonos. Para exploração econômica das terras, introduziu-se o cultivo da cana-de-açúcar, produzindo o açúcar consumido pelas elites europeias. Os primeiros engenhos para beneficiamento da produção datam de 1546. Inicialmente a mão-de-obra para desenvolvimento das atividades agrícolas embasava-se na escravidão dos aborígenes. As dificuldades na captura e a rebeldia dos indígenas contra sujeição redirecionaram a busca por mão-de-obra entre população escravizada na África – 1542 (HOLANDA, 1987).

O desenvolvimento da capitania aferiu-se através da expansão dos engenhos de açúcar; 1570, Pero de Magalhães Gândavo escreveu o “Tratado da Terra do Brasil”, registrando a existência de oito engenhos; no “Livro que dá Razão ao Estado do Brasil” (1612), aparecem tão somente cinco engenhos. Constata-se uma regressão na dinâmica da capitania, tal estado é imputado à agressividade dos índios “invasores” (defesa do território), que atacam e destroem engenhos, lavouras, rebanhos e povoações (VIANNA, 1975; PRADO JÚNIOR, 1987).

Para Mahony (2007), ao longo do período colonial e primeiros dois terços do século XIX, a futura região cacauera da Bahia produzia madeira, aguardente, açúcar e produtos alimentícios, principalmente mandioca. A produção supria Salvador e uma parcela era exportada para Europa. No século XVIII, os jesuítas, autoridades coloniais e imigrantes europeus introduziram a cultura do cacau, base para produzir o chocolate.

A redenção econômica da capitania de Ilhéus deflagrou-se após introdução do cacauero. O botânico franco-suíço Louis F. Warneaux presenteou com sementes de cacau Antônio Dias Ribeiro, que efetivou o plantio na fazenda Cubículo (1746), margem do Rio Pardo, município de Canavieiras. O desenvolvimento da cacauicultura revelou-se lento até o terceiro quartel do século XIX (GARCEZ; FREITAS, 1975).

A grande seca de 1877/1880 acarretou a expulsão de contingente expressivo de nordestinos; parte deles desloca-se para o sudeste da Bahia, esses se constituíram nos seus principais desbravadores. O migrante embrenhou-se pela floresta, abriu clareira, construiu rancho, plantou produtos de subsistência (mandioca, feijão e milho) para sustento, raleou a mata e semeiou o cacau sob proteção das essências florestais nativas e virgens da Mata Atlântica, no



sistema de plantio conhecido como “cabruca”. Árvores deixadas como sombreamento definitivo integram pujante banco de germoplasma natural (GARCEZ; FREITAS, 1975).

Baiardi (1983) afere que a lavoura cacauieira nasceu amparada pelo capital comercial, a exploração coube ao desbravador, que se revestiu de proprietário, dirigente e executor do processo produtivo, utilizando força de trabalho dos indivíduos que se aventuraram para a região. Esses desbravadores com apoio do capital comercial contrataram o trabalho para plantio do cacauieiro e construção da infra-estrutura.

Desde final do século XIX, iniciou-se processo de concentração da propriedade da terra, constituindo-se grandes fazendas de cacau com expropriação do pequeno produtor. Conflitos, litígios, subversão, pilhagem e fraudes precederam a incorporação. Instituiu-se o coronelismo, surgiram os jagunços e proliferaram as tocaias, que eliminaram quem se opunha ou reagia à expulsão. Apelaram ainda para o expediente do “caxixe”, que consistia na medição fraudulenta de grandes áreas de terra, redundando na expulsão sumária dos agricultores estabelecidos no perímetro (AMADO, 1969).

A cacauicultura passou por fases de retração e expansão, crises cíclicas abalaram a vida dos segmentos sociais envolvidos com exploração desta cadeia produtiva. A desestruturação econômica normalmente atrelou-se aos baixos preços auferidos pela amêndoa de cacau no mercado. Tal situação obrigou o governo estadual a intervir em 1931, criando o Instituto de Cacau da Bahia – ICB; enquanto o governo federal agiu no decorrer de 1957, criando a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacauieira – CEPLAC. Ambas as entidades objetivam recuperar a lavoura (RANGEL, 1982).

4. População da Mesorregião Ilhéus/Itabuna

A Microrregião Ilhéus/Itabuna, líder na produção brasileira de cacau, identifica-se como Região Cacauieira, pertence à Mesorregião Sul Baiano. IBGE (2010) estima para essa mesorregião, população em 998.000 habitantes, reparte-se a mesma em 41 municípios e abrange superfície de 21.309 km². Essas municipalidades centralizam produção de cacau, Ilhéus assume primazia de área, solo, clima e produção.

O comportamento da população regional demonstra que a taxa de crescimento de Ilhéus e municípios da região varia de acordo com o desempenho da economia regional. O cacau constituiu importante atrativo para ocupação da mão-de-obra no meio rural. Um predicado marcante da cacauicultura consiste na capacidade de fixação do homem à atividade. Dados da CEPLAC (1985) indicam que a lavoura já revelou-se capaz de absorver 200 mil trabalhadores.

Ressalta-se que o contingente de trabalhadores e população rural sempre oscilou conforme a direção da produção de cacau. Épocas de *boom* de produção as fazendas ampliavam a necessidade de operários, as crises ocorridas na lavoura cacauieira sul baiana liberaram significativos contingentes, fato constatado nas duas últimas décadas, quando o meio rural se esvaziou. Toma-se por base 1970, quando se acentuou o crescimento populacional, notadamente com o *boom* da cacauicultura, após a deflagração da “revolução verde” ou inserção da agropecuária à dinâmica da acumulação capitalista. Dados populacionais permitem dimensionar as crises ou desastres econômicos.



Para Freitas (1979), o elevado crescimento populacional configura uma característica da sociedade cacauzeira. Falcón (1995) averigua que o incremento do preço do produto cacau em amêndoas mostrou-se capaz de dinamizar a cacauicultura e promover uma certa mobilidade social para a região. O aumento de produção do cacau atrelou-se à ampliação da oferta de força de trabalho. A ascensão do cacau acirrou uma forte disputa fundiária no sul da Bahia.

O município de Ilhéus como sede da capitania assume grande área territorial da região, integra-se por povoados, vilas e distritos, e registra mais de 80 aglomerações populacionais no meio rural. A população ilheense, até 1990, concentrou-se no interior ou meio rural, fenômeno imputado à pujança da cacauicultura, absorvedora de mão-de-obra.

Os dados populacionais demonstram a influência do cacau como catalisador para o equilíbrio da economia regional. O fluxo migratório promovido pela atual crise desvelou o papel da *débâcle* econômica para redução da população residente na Microrregião Ilhéus/Itabuna.

A lavoura cacauzeira caracterizou-se pela capacidade de aglutinar mão-de-obra, direta e indiretamente. Quando o cacau angariou credencial de carro chefe da economia, as fazendas reuniram no seu entorno significativa massa populacional, e ostentou até 70% dos habitantes da região. Nota-se que mais de 90% da força de trabalho inseriu-se nas seguintes modalidades: assalariado, operário permanente e temporário. O pequeno produtor, quando utilizou a modalidade assalariamento, recorreu preponderantemente à forma temporária.

A catástrofe econômico-financeira do produtor de cacau resultou em abandono de fazendas, entregues por vezes aos operários em troca dos direitos trabalhistas. Neste período, despontou a parceria, uma espécie de relação “pré-capitalista”, que envolve proprietários, gerentes ou trabalhadores, forma-se assim uma falsa sociedade, reparte minguado produto gerado, gerando uma submissão imposta pelas precárias condições econômicas vivenciadas por estes segmentos sociais no estreito mercado de trabalho.

A população da região apresentou taxa de crescimento médio anual de 2,87% entre 1970/1980; Ilhéus cresceu apenas 2,0%. Na década seguinte (1980/1991), o aumento da Microrregião perdurou, porém a taxa foi menor, 1,4% a. a., enquanto Ilhéus revelou incremento de 6,4% a. a., demonstrando que, nesse período, ocorreu o *boom* de produção da cacauicultura; o dinamismo promoveu a entrada de migrantes em busca do emprego. A população declinou a partir de 1991, perdeu 0,3% de cidadãos, e trajetória no interstício seguinte registrou a evasão de 0,7% de moradores. Ilhéus, depois da infecção dos cacauais pela vassoura de bruxa, denotou queda de 2,5% a.a do contingente rural. Entretanto, a população urbana cresceu 1,1% – movimento campo/cidade. Todavia, no período 2000/2010, a população urbana caiu 0,43% a. a. e a rural 5,2% a.a. Essa situação demonstrou a derrocada da atividade agrícola no município.

A população rural regional retratou o crescimento anual de 2,0% entre 1970/1980, representando 51% do conjunto populacional. Verificou-se, em 1991, a saída de trabalhadores do cultivo, quando os habitantes do campo caem para 47%. Aferiu-se que, em 2000, atingiu apenas 39%, culminando em 2010 com tão somente 20% da população vivendo no meio rural. A população variou conforme avanço da crise, o que pode ser confirmado pela migração rural. Parte significativa da população, principalmente trabalhadores rurais, buscou alternativas no meio urbano dos municípios da região. Nesse período, a vassoura de bruxa contaminou a



cacaucultura, acarretando a redução da produção de forma drástica, influenciando a manutenção da população trabalhadora na região.

Este quadro induziu a iniciativa privada do meio urbano a reduzir atividades econômicas por efeito da queda na geração de renda advinda da cacaucultura, promoveu a saída de expressivo quantitativo de trabalhadores da economia. Formando-se uma cadeia que afetou população, provocando a migração para espaços que revelavam no período em questão uma maior dinâmica econômica – circulação de riqueza.

5. Estrutura agrária do município de Ilhéus,

O município de Ilhéus que outrora conquistou credencial de principal produtor de cacau da Bahia, possui superfície territorial de 171.200 ha, seis classes de capacidade de uso do solo e quatro zonas agroecológicas: área de preservação da Lagoa Encantada (24.238 ha – 14%); área de preservação Mata da Esperança (437 ha – 0,25%); área de preservação ambiental (24.800 ha – 8,5%); zona cacauera (68.300 ha – 40,00%) e zona de diversificação agropecuária – 63.425 ha (37,25%) (SANTANA, 2003).

O censo agropecuário da agricultura familiar (2006) evidencia que na Bahia existem 665.831 unidades produtivas agropecuárias voltadas para esta modalidade de exploração, dispendo de 623.324 ha, enquanto agricultura tradicional possui 95.697 estabelecimentos, área de 1.063.320 ha. Ilhéus, relativo à estrutura fundiária, distribuição dos imóveis rurais, apresenta 44,62% das propriedades agrícolas com área até 10 ha e 18% entre 10 ha e 20 ha (Quadro 1).

Para Asmar (1985) prevalece uma visão errônea sobre a estrutura agrária vigente na Microrregião Cacaueira – incluindo o município de Ilhéus. Inocência metodológica, falta de vivência, dados pouco confiáveis e viés ideológico permeia os estudos quanto à distribuição da propriedade fundiária. Considera-se que aproximadamente 70% dos imóveis rurais possuem até 50 hectares, conclui-se tratar-se de região marcada pela presença da pequena produção familiar. Essa impressão ignora concentração de unidades produtivas contíguas ou distantes pertencentes ao mesmo agricultor.

Contudo, contrário ao movimento de concentração e expansão da propriedade rural verificou-se um processo de retração das grandes fazendas, ocorrendo especialmente na microrregião cacaueira, registrando crescimento relativo entre 1970/1980, mas expressando uma queda ao redor de 29,15% durante o 1º quinquênio desta década.

Este movimento de retração configurou-se em razão da incorporação de áreas de pastagens em expansão do cacau, sofrendo processo de partilha e intensificação ou modernização do sistema produtivo, introduziu inovações tecnológicas poupadoras de terras, induzindo de certa forma divisão das grandes propriedades fundiárias.



Quadro 1. Quantitativo de estabelecimentos agropecuários – município de Ilhéus.

Grupos de área total – ha	Quantidade
0 a – 5	823
5 a – 10	634
10 a – 20	601
20 a – 50	641
50 a – 100	315
100 a – 200	179
200 a – 500	130
500 a - 1.000	19
1.000 a - 2.500	2
+ 2.500	1
T o t a L	3.345

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006 – Adaptação: Fernandes de Santana,

O município de Ilhéus representa expressivo quantitativo de empresas em exploração, cujos tamanhos situam-se entre 0 e 20 hectares, menos de um módulo rural (Quadro 1) correspondendo a 61,5% ou 2.058 imóveis, mesmo levando-se em consideração o argumento anterior da possibilidade de um mesmo proprietário possuir vários imóveis, existe neste conjunto de imóveis, um número significativo de agricultores familiares de fato, isto evidencia uma das razões para o município buscar tornar-se forte na produção de alimentos voltados para o mercado interno, em função justamente desses pequenos produtores que atuam nesse sentido.

A intensificação do capital na agricultura implica agregação produtiva de terras, caso da cultura do café e cacau, que denota movimento de retração dos imóveis com mais de 1.000 ha. Transforma-se extensa área de pecuária em lavoura mais produtiva e intensiva em mão-de-obra ou tecnicada, redefine estrutura fundiária.

As políticas agrícolas aplicadas pelo estado intensificaram as relações capitalistas de produção no meio rural. A transformação desta realidade exigiu organização dos segmentos “excluídos” do processo produtivo, que originaram movimentos sociais de luta pela terra. A Mesorregião Sul Baiano expressa elevada concentração de projetos de reforma agrária (dirigidos por política estatal e movimentos sociais) e acampamentos.



O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrário (INCRA) afere que, na Bahia, existem 351 projetos de reforma agrária; observa-se que 90 ou 25,6% fixam-se na Mesorregião Sul Baiano; repartem 66.686 hectares entre 4.193 famílias. Existem 278 acampamentos; destes, 81 ou 37,7% localizam-se na região, e acolhem 4.389 famílias_(Quadro 2).

Quadro 1- Acampamentos e projetos de reforma agrária na Bahia, novembro 2004

Região econômica	Acampamento		Projeto de reforma agrária		
	Nº	Famílias	Nº	Área – há	Famílias
BAIXO MÉDIO SÃO FRANCISCO	7	391	4	27.449,64	1.016
CHAPADA DIAMANTINA	10	868	22	54.507,40	2.024
EXTREMO SUL	23	3.454	25	42.207,10	1.969
IRECÊ	7	317	14	80.917,88	1.958
MÉDIO SÃO FRANCISCO	35	1.475	49	351.402,32	9.097
NORDESTE	26	1.414	29	84.323,09	1.874
OESTE	9	744	23	233.495,32	4.790
PARAGUAÇU	21	1.849	27	96.145,89	3.637
PIEMONTE DA DIAMANTINA	4	46	17	48.687,26	10.476
SUDOESTE	11	1.075	32	48.302,45	2.262
SUL BAIANO	81	4.389	90	68.685,91	4.193
OUTRAS	22	1.138	18	21.683,40	1.108
T O T A L	278	17.160	351	1.157.807,36	35.404

Fonte: INCRA, CETA, MST e FETAG (2004), adaptação Fernandes de Santana, A.

O Quadro 2, acima apresenta a distribuição dos acampamentos e projetos de reforma agrária pela Mesorregião Sul Baiano, Microrregiões Ilhéus/Itabuna, Porto Seguro e Valença. Ilhéus desponta como o município onde mais se manifestou a luta pela terra, fenômeno devido fatores como extensão territorial, crise que assolaram a cacauicultura, estrutura agrária mais avantajada, mercado para os produtos/matérias-primas e condições edafoclimáticas propícias à exploração das atividades agropecuárias.



6. Uso do Solo com Atividades Agroeconômicas

Relaciona-se o uso do solo com a exploração econômica, mostrando ocupação da terra distribuída por exploração. O *locus* em questão apresenta conjunto de imóveis com respectivas lavouras e criações, atendidas pelo serviço de extensão rural da CEPLAC, empresas que aplicam tecnologias orientadas pelo Órgão.

O quadro 2 indica a quantidade de explorações via forma de acampamentos ou projetos de reforma agrárias nas propriedades agrícolas da região. Representa o perfil dos estabelecimentos da Microrregião Ilhéus/Itabuna, antes ocupado pela monocultura cacaueteira, que diversifica atividades por força da crise que afeta a lavoura, demonstra interesse dos produtores em introduzir cultivos, e ocupa pequenas áreas.

O leque de explorações surge como alternativa à cacauicultura em razão da crise e incidência da vassoura de bruxa – dizimando considerável área de cacaueteiros. Apesar disso, existe uma resistência por parte de uma parcela de agricultores em investir na diversificação agrícola. Costa (2012) constata que, apesar da crise e vassoura de bruxa instalada, o produtor acredita no cacau como cultivo indissociável da vida econômica e social da região. A superfície cultivada com a lavoura demonstra crescimento, mesmo com incentivo para introdução de atividades agrícolas; a cacauicultura abrange 68,7% da área ocupada com cultivos, representando 47,3% da municipal.

Essa espécie de obsessão pelo cultivo do cacau respalda-se na liquidez da amêndoa, traço cultural que não faz distinção entre pequenos e grandes produtores no sul da Bahia. Alguns fazendeiros apostaram na diversificação da propriedade com café, pecuária, banana, coco, pupunha e outras. A mudança de mentalidade se processa lentamente, pois as sociedades rurais revelam por característica aparente imobilismo (COSTA, 2012).

A pecuária com aptidão para o corte revela-se a segunda exploração mais relevante no município, abrange superfície de 20.747 hectares, o que significa 26, % da área explorada. Surge como atividade complementar à cacauicultura, ocupa piores solos, apascenta animais de serviço e bovinos. Desse modo, o cacau e a pecuária representam explorações agrícolas de maior peso econômico da região.

Quanto à ocupação da vegetação natural, verifica-se que a capoeira estende-se por 22.851 ha, representa 19,7% da área total do município. As matas cobrem 13.340 ha, significando 11,4% da superfície territorial de Ilhéus. Aparece ainda área inaproveitável (357 ha), várzea (37 ha), lâmina d'água (27 ha) e manguezal (10 ha). Alger e Caldas (1996) destacam que, na região cacaueteira baiana, encontra-se a maior área intocada de remanescentes da Mata Atlântica.

7. Desigualdade na Distribuição da Posse da Terra

Os conflitos pela posse e uso da terra na região nos últimos anos minimizam-se em função de atualmente não se perceber um número elevado latifúndios por extensão. Empresas com mais



de 600 ha, consideradas grandiosas para a região, exploram cacauicultura, bovinocultura e reflorestamento, ou seja, propriedades produtivas. Dessa forma, apresenta-se de forma aparente uma baixa concentração fundiária, já explicada anteriormente, comparativamente ao restante do estado; todavia, o índice de Gini aponta a existência de distribuição não equitativa das terras (Quadro 3).

Quadro 2. Índice de Gini – distribuição da posse da terra na Bahia e Ilhéus

Especificação	Interstícios				
	1970	1980	1990	2000	2010
Ilhéus	0,680	0,701	0,731	0,737	0,755
Bahia	0,801	0,826	0,841	0,845	0,875

Fonte: IBGE (2010). Adaptação Fernandes de Santana, A.

Até o surgimento da vassoura-de-bruxa, a expressão reforma agrária configurava pequena relevância. O movimento de luta pela terra revela atuação moderada, certamente pelo fato de a cacauicultura apresentar um elevado padrão empregatício, obstaculizando o despertar dos trabalhadores rurais para ocupação das fazendas. Ressalta-se que, na Microrregião Ilhéus-Itabuna, predomina a pequena propriedade; estende-se por 35,7% das terras.

Constata-se que a concentração de terras em Ilhéus, índice de Gini apurado entre 1970/2010, salta de 0,680 para 0,755, representando incremento de 11,0%. O aumento registrado no interstício 1970/1990 credita-se à alta de preço do cacau no período, e promoveu a ampliação do capital monetário em mãos do produtor, aplicando parte da poupança para aquisição de propriedades. No período 1990/2010, a concentração cresceu em razão do empobrecimento dos produtores tradicionais, que vendem seus imóveis a entrantes na atividade ou especuladores.

No início da lavoura cacauieira, a origem humilde e a falta de recursos dos primeiros que se aventuram mato adentro para formar roças explicam a existência de um reduzido quantitativo de latifúndios. Isso é contraditório quanto à doação de sesmarias, raiz da elevada concentração de terras no Brasil. Além disso, pequenas áreas cacauieiras oferecem boa produtividade e rentabilidade. Conforme Vargens (1995), a concentração fundiária no sul da Bahia se efetivou conforme explicitado anteriormente através da posse de várias fazendas com porte reduzido⁷.

⁷Fernando Vargens, chefe da unidade de Itabuna do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – Entrevista cedida à Gazeta Mercantil, 12/04/95, em A Saga do Cacau.



8. Externalidades da Economia Cacaueira

A economia cacaueira impulsionou a riqueza dos 70 municípios localizados na Mesorregião de Ilhéus e Itabuna, os centros urbanos que catalisam e centralizam as atividades turísticas, de serviços e comércio. O poder público estadual e regional atrelou respectivas receitas à dinâmica da cacauicultura. O ICMS constituiu-se em tributo municificador dos recursos para as máquinas públicas municipais. A União se beneficiou da exportação e do IPI gerado pelo cacau. Além das receitas tributárias, revelou-se uma capacidade de irradiar riqueza pelos municípios e patrimônio representado pelas fazendas, geração de empregos e fixação da população no meio rural. O Produto Interno Bruto – PIB retratou movimento da riqueza entre 1980/2008, e demonstrou fases de retração e expansão da economia. A fase aguda da crise ocorreu no espaço temporal entre 1991/1996, já que a doença vassoura de bruxa comprometeu cacaueiros e a produção da lavoura, afetou aspectos sociais, econômicos e ambientais (Quadro 4).

Quadro 3 - Produto interno bruto da Região Cacaueira. Período: 1980/2008

Municípios	Valor do PIB – R\$1.000,00				
	1980	1991	1996	2004	2008
Ilhéus	823.078	844.046	779.100	1.464.765	1.632.810
Itabuna	460.864	538.156	530.501	1.308.336	1.945.414
Demais municípios	1.252.075	738.648	554.844	2.003.264	2.673.365
T O T A L	2.536.017	2.120.850	1.864.445	4.776.365	6.251.589

Fonte: IBGE (2008), Elaboração: Fernandes de Santana, A.

Este desempenho ocorreu devido à queda de produção de cacau desde a instalação da vassoura de bruxa (1989). Os municípios de Ilhéus e Itabuna sofreram menos, pois mantiveram turismo, indústria, comércio e serviços em expansão, o que arrefeceu os efeitos da crise sobre a cacauicultura. Os demais municípios, dependentes da cacauicultura, sentiram com mais profundidade o desarranjo da lavoura.

No período 1991/1996, a posição recrudesciu, os municípios da Microrregião assistiram aos preços da amêndoa de cacau despencarem, e Ilhéus e Itabuna também reduziram a dinâmica econômica. Foi o período em que a enfermidade ganhou caráter epidemiológico, dominou a cacauicultura, acarretando profundos estragos às plantas (morte de cacaueiros) e produção – inviabilizando assim a extração das sementes.



Entre os anos de 2004/2008, a região buscou alternativas de produção. Mesmo o cacau reagiu, os produtores executaram o controle da doença através dos tratamentos culturais e fitossanitários (clonagem das plantas susceptíveis por material botânico tolerante), os preços internacionais reagiram, e conjuntura favoreceu a região. Ilhéus/Itabuna ampliaram as áreas no setor de serviços, onde despontaram: educação, saúde e comércio, que compensaram de certa forma a falta do cacau como propulsor da economia regional.

Assim, observou-se que o PIB da Região tomou rumo ascendente, aliviando crise acentuada na década anterior. Os serviços se organizaram como alternativa capaz de diminuir o espaço deixado pelo cacau – quando assumiram base de sustentação econômica principalmente para Ilhéus e Itabuna. O PIB por setores demonstra a evolução e força de cada um na formação da riqueza produzida na região (Quadro 5).

O PIB por setores de produção demonstra a influência do cacau na composição do produto na região. Observa-se que o PIB agropecuário de 1980 correspondeu a 82,4% do consolidado na região. As atividades agropecuárias prevaleceram na formação da riqueza. Observa-se que os demais setores da economia pouco influenciaram na composição do produto.

Quadro 4 - Demonstrativo do PIB setorial da microrregião Ilhéus-Itabuna

MUNICÍPIO	Valor Do PIB Setorial – R\$1.000.000,00														
	1980			1991			1996			2004			2008		
	AGR	IND	SEV	AGR	IND	SEV	AGR	IND	SEV	AGR	IND	SEV	AGR	IND	SEV
Ilhéus	700	41	83	422	253	169	195	273	312	366	440	659	408	490	735
Itabuna	392	23	46	226	108	204	106	159	265	195	458	654	195	584	1.167
Demais. Municípios	998	63	191	559	138	142	390	28	137	1.202	100	701	1.604	134	936
TOTAL	2.090	127	320	1.207	399	515	691	460	714	1.763	998	2.014	2.207	1.208	2.838

Fonte: IBGE/SEFAZ, Bahia (2008) Elaboração: Fernandes de Santana, A.

No decorrer de 1991, o PIB agropecuário registrou uma queda de 42,3% em relação à década de 80, e indicou influência decisiva do cacau na sua formação. A crise e a redução da produção implicaram no descenso do produto agrícola regional, representando menos de 43% se comparado com o período anterior. Nesta década, quando o cacau beirou o “fundo do poço”, além de baixa produção, os preços atingiram níveis aviltantes. O interstício marcou o acirramento da crise e a adoção de políticas ineficazes de apoio à cacauicultura, e deixaram os produtores sem condições de manter a lavoura.

O ano de 2004 iniciou deflagrando um alívio quanto à situação caótica vivenciada pelo cultivo. O preço começou a subir, o que motivou os produtores a melhorarem os tratamentos culturais



em busca do aumento da produção e produtividade. A partir desse período, as políticas públicas auxiliaram na alavancagem da economia regional, com a clonagem dos cacauais e aplicação de insumos na cacauicultura. Assim, a produção sinalizou um crescimento do produto regional.

O exercício 2008 demonstrou um crescimento no âmbito da agropecuária e dos serviços, quando alcançaram elevados índices de aumento, denotando que serviços de educação superior, saúde, comércio (principalmente o *Shopping Center* Jequitibá em Itabuna) e lojas especializadas nas duas cidades melhoram a dinâmica dos negócios. Mesmo com incremento do setor serviços, constatou-se que o agropecuário se manteve como segunda forma de criar riqueza.

9. Considerações Finais

Atendendo aos objetivos propostos neste artigo, observou-se que o perfil traçado do município de Ilhéus - e em certa parte da região cacauzeira do sul da Bahia - oferece significado relevante para situar a cacauicultura como algo inexorável à vida de Ilhéus como pólo de convergência do território, cuja formação e sobrevivência por longo tempo (200 anos) sustentou-se num produto, o cacau, predominando como principal gerador de riqueza. Esta caracterização ofereceu significado à análise da trajetória, pontos de fortalecimento e fragilidades, diante de fatores endógenos e influência decisiva da exogeneidade no desempenho da economia regional, sob reflexo do cacau.

A capacidade de o cacau externalizar benefícios para economia demonstrou-se através da riqueza gerada. Dados do PIB explicitam a potencialidade do produto, principalmente nos tempos áureos. Observa-se que o impacto da crise desembocou na retomada da riqueza com a introdução de investimentos, notadamente no setor terciário (comércio, educação e saúde), alimentando melhoria do setor primário, mostra sinais de reabilitação a partir de 2004.

O município de Ilhéus, Bahia, que, durante muito tempo, figurou como um tradicional produtor de cacau, uma monocultura exportadora, após a emergência de várias crises cíclicas, o mesmo viu diminuir produtividade da lavoura, geração de renda e agravamento dos problemas sociais provocados pela crise da lavoura cacauzeira.

O tradicional modelo de desenvolvimento adotado no município, bem como em toda a região cacauzeira do sul da Bahia, passou a ser questionado, pois não foi capaz de recuperar a economia local, muito menos serviu para atender as novas demandas da população. Em face disto, buscou-se alternativas para a recuperação da economia local. Buscou-se e ainda busca-se diversificar e impulsionar a economia local, focou-se nos serviços e na indústria ainda que esta última de forma bastante incipiente. Qualquer modelo que vislumbre alavancar economicamente o município de Ilhéus bem como a região cacauzeira do sul da Bahia como um todo, deve necessariamente ampliar o leque de variáveis, incluindo-se e com destaque para variáveis sociais e ambientais, promovendo um desenvolvimento mais justo e equilibrado.



10. Referências Bibliográficas

ALGER, K.; CALDAS, M. **Cacau na Bahia – Decadência e Ameaça à Mata Atlântica**. Ciência Hoje, Rio de Janeiro, v. 20, n. 117, p. 28-35. jan./fev., 1996.

AMADO, Jorge. **Terras do Sem Fim**. São Paulo: Martins, 1969.

ASMAR, Selem R. **Economia da Microrregião Cacaueira**. Itabuna-BA: AMURC, 1983.

BAIARDI, Amilcar. **Subordinação do Trabalho ao Capital na Lavoura Cacaueira da Bahia**. Salvador: Hucitec, 1983.

CEPLAC – Divisão de Socioeconomia. **Aspectos Sócio-Econômicos da Mão-de-Obra na Cacaucultura Baiana**. Rio de Janeiro: CEPLAC, 1979.

CEPLAC. **Nota Técnica**, 2009 – Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira – Senado Federal. Disponível em: www.senado.gov.br/comissoes/.../ap20100622_Nota%20Tecnica-2009.pdf.

COSTA, Francisco Mendes. **Políticas Públicas e Atores Sociais na Evolução da Cacaucultura Baiana**. Tese (Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Linha de Pesquisa em Políticas Públicas, Estado e Atores Sociais; CPDA- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro-RJ, 2012

FALCÓN, G. **Os coronéis do cacau**. Salvador: Ianamá/Centro editorial e didático da UFBA, 1995.

FERLINI, Vera Lúcia. **A Terra, Trabalho e Poder**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FREITAS, A. F. G. **Os donos dos frutos de ouro**. Dissertação (Mestrado). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1979.

GARCEZ, Angelina; FREITAS, Antônio F. G. de. **História Econômica e Social da Região Cacaueira**. Ilhéus, BA: CEPLAC/IICA, 1975 (Diagnóstico Socioeconômico da Região Cacaueira, v. 8).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 19. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.



IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 out. 2010.

MAHONY, Mary Ann. **Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauera da Bahia**. Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria. 739 v. 10, n.18, jul. - dez. 2007, p.737-793.

MELO, Marcus André B. C. de. **“Anatomia do fracasso: intermediações de interesses e reforma das políticas sociais na Nova República.”** Dados: Revista de Ciências Sociais, v. 36, n.º. 1, 1993, p. 119-163.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**; colônia. 20. ed., São Paulo: Brasiliense, 1987

RANGEL, Jefferson F. **CEPLAC/Cacau**; ano 26. Brasília: IICA, 1982 (Desenvolvimento Institucional, n.º 16).

SANTANA, S. O. de et al. 2003. **Zoneamento Agroecológico do Município de Ilhéus, Bahia, Brasil**. Ilhéus, CEPLAC/CEPEC. Boletim Técnico n. 186. 44p.

VARGENS, Fernando. chefe da unidade de Itabuna do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – em *A Saga do Cacau*. Entrevista Gazeta Mercantil, 12/04/95.

VIANNA, Hélio. **História do Brasil; período colonial, monarquia e república**. 12. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.